



DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UMA PROPOSTA PARA SE PENSAR O CONTEXTO DE ESTUDANTES DA EJA EM JOÃO PESSOA – PB

Caline Mendes de Araújo

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Alexandre Sabino do Nascimento

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O texto ora apresentado constitui-se de uma reflexão acerca de uma experiência realizada no âmbito da Educação, notadamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Aborda os resultados de um projeto desenvolvido em uma escola pública da cidade de João Pessoa – PB, na disciplina de Geografia, no contexto da pandemia e do chamado Ensino Remoto (2021). O projeto teve como foco as desigualdades socioespaciais existentes nos contextos de vivências dos estudantes, configurados historicamente como verdadeiros territórios de exclusão. A experiência intencionou, também, fomentar, junto aos educandos, a capacidade de problematizar os entraves que acometem os espaços urbanos, sobretudo aqueles referentes ao seu cotidiano. O objetivo geral do artigo é refletir acerca dos resultados provenientes do projeto desenvolvido com turmas da EJA/Ensino Médio sobre as desigualdades socioespaciais expressas nos mais variados tipos de problemas urbanos das periferias de João Pessoa. A discussão se dá, ainda, à luz do debate sobre Direitos Humanos (DH) e Cidadania. Do ponto de vista metodológico, o estudo se configura como sendo uma pesquisa-participante, de cunho predominantemente qualitativo, na qual foram realizados levantamentos/análises bibliográficas, organização, acompanhamento, registro e análise das atividades/aulas realizadas com alunos(as) no contexto do Ensino Remoto. Por meio da execução do projeto, que passou por muitos entraves (educacionais, tecnológicos, socioeconômicos, políticos, entre outros), considera-se de extrema relevância aquilo que foi desenvolvido durante a experiência entre docente e estudantes, pois, de forma crítica e engajada, constatou-se, coletivamente, uma flagrante negação de direitos constitucionais, de Direitos Humanos e de Cidadania aos estudantes inseridos no projeto e aos demais cidadãos que vivem nos espaços esquecidos e negligenciados por parte do Estado em João Pessoa – PB.

Palavras-chave: Desigualdades socioespaciais, Educação, Direitos Humanos, Cidadania, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

SOCIOSPATIAL INEQUALITIES, EDUCATION AND HUMAN RIGHTS: A PROPOSAL TO THINK ABOUT THE CONTEXT OF EJA STUDENTS IN JOÃO PESSOA – PB

ABSTRACT

The text presented here is a reflection on an experience carried out in the field of Education, notably in Youth and Adult Education (EJA). It addresses the results of a project developed in a public school in the city of João Pessoa – PB, in the Geography discipline, in the context of the pandemic and so-called Remote Teaching (2021). The project focused on the socio-spatial inequalities that exist in the contexts of students' experiences, historically configured as true territories of exclusion. The experience also intended to encourage, among students, the ability to problematize the obstacles that affect urban spaces, especially those relating to their daily lives. The general objective of the article is to reflect on the results from the project developed with EJA/High School classes on socio-spatial inequalities expressed in the most varied types of urban problems on the outskirts of João Pessoa. The discussion also takes place in light of the debate on Human Rights (HR) and Citizenship. From a methodological point of view, the study is configured as participant research, predominantly qualitative in nature, in which bibliographical surveys/analysis, organization, monitoring, recording and analysis of activities/classes carried out with students in the context were carried out. of Remote Teaching. Through the execution of the project, which went through many obstacles (educational, technological, socioeconomic, political, among others), what was developed during the experience between teachers and students is considered extremely relevant, as, in a critical and engaged way, , collectively, there was a flagrant denial of constitutional rights, Human Rights and Citizenship to the students included in the project and to other citizens living in forgotten and neglected spaces by the State in João Pessoa – PB.

Keywords: Socio-spatial inequalities, Education, Human Rights, Citizenship, Youth and Adult Education (EJA).

INTRODUÇÃO

As desigualdades socioespaciais são uma realidade nos chamados países periféricos. Assim como os problemas relativos à educação também são característicos desses espaços geográficos, dadas as devidas proporções no que

tange às variáveis espaciais, históricas, sociais, econômicas, políticas, entre outras. Em países como Brasil, de urbanização tardia e desigual, os fenômenos citados são comuns nos espaços urbanos, o que não quer dizer que devam ser naturalizados. Diante disso, a presente pesquisa busca lançar mão de um debate em que se compreende a estreita ligação entre as dinâmicas e desigualdades espaciais e educacionais.

A cidade de João Pessoa-PB, nesse contexto, tem se constituído um espaço urbano cujos problemas socioambientais como: ausência de saneamento básico, poluição, alagamentos/enchentes, entre outros, são históricos, mas têm se intensificado nos últimos tempos. Dessa forma, as problemáticas apontadas se concentram, sobretudo, nos locais de moradia da classe trabalhadora. Os estudantes da EJA - com os quais a experiência pedagógica a ser relatada foi desenvolvida - em sua maioria, fazem parte dessa classe e moram na periferia pobre da cidade, nos denominados territórios de exclusão¹. Nesses espaços, os estudantes são destituídos de alguns direitos básicos, convivendo cotidianamente com toda sorte de problemas vinculados às desigualdades socioespaciais presentes em João Pessoa.

Sobre tal contexto, Miranda e Moraes (2022), ao analisarem as condições de vida dos moradores da cidade de João Pessoa, fazendo uso do estudo Tipologia Intraurbana (IBGE, 2017), constataram que, somente em poucas áreas da cidade, os moradores possuem o que o estudo denomina de melhores condições de vida, predominando as situações nas quais as piores condições de vida estão presentes.

O bairro Mangabeira 8 (Cidade Verde), em João Pessoa/PB, é o espaço de moradia e vivência dos alunos das turmas do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA)/Noturno da Escola Cidadã Integral Técnica Severino Dias de Oliveira - Mestre Sivuca. Tal bairro se apresenta como um espaço de destituição de direitos, com destaque para o direito à moradia digna e a tudo o que ele comporta. Ressalta-se que Mangabeira é o maior bairro da cidade e conta com cerca de 90 mil habitantes, localizado no sul de João Pessoa, última “fronteira” de expansão da cidade e espaço de uma série de conflitos socioambientais. Ademais, Mangabeira 8 é um território de amplos interesses fundiários e imobiliários (Nascimento, Sales e Maia, 2022).

O bairro de Mangabeira (Cidade Verde) foi palco de uma das mais recentes e maiores ofensivas relacionadas a conflitos fundiários contra a população e violação de Direitos Humanos presenciada na cidade de João Pessoa. Trata-se da desocupação violenta e ilegal, em plena pandemia, de mais de 400 famílias que formavam a comunidade Dubai.

Diante disso, defende-se, neste artigo, uma educação geográfica baseada nos princípios dialógicos da educação popular freireana para fazer frente às realidades tão perversas às quais esses moradores estão expostos. Tal visão de educação se vincula ao que Freire (2002) defende quando aponta que a “Educação de Adultos” é melhor percebida quando a situamos hoje como Educação Popular. Ressalta-se a importância de um processo de ensino-aprendizagem que considere os saberes, experiências e realidades dos alunos periféricos das turmas da EJA, levando em

conta o seu cotidiano repleto de desigualdades socioespaciais expressas nos mais variados tipos de problemas urbanos presentes nos territórios populares e de exclusão da cidade de João Pessoa, culminando também em uma sorte de problemas vinculados à educação voltada a esse público.

É imprescindível, portanto, que, no contexto das reflexões, estudos e buscas por soluções a respeito das problemáticas abordadas neste estudo, a intersecção entre as desigualdades educacionais e as injustiças socioespaciais seja considerada, principalmente em um país como o Brasil, alicerçado historicamente e caracterizado contemporaneamente por injustiças e desigualdades de variadas dimensões.

Frente ao exposto, o objetivo geral do artigo é refletir acerca dos resultados provenientes do projeto desenvolvido com turmas da EJA/Ensino Médio sobre as desigualdades socioespaciais expressas nos mais variados tipos de problemas urbanos das periferias de João Pessoa. O estudo se configura como sendo uma pesquisa-participante, de cunho predominantemente qualitativo, na qual foram realizados levantamentos/análises bibliográficas, organização, acompanhamento, registro e análise das atividades/aulas realizadas com alunos no contexto do Ensino Remoto.

Com a pesquisa, constatou-se que os estudantes da EJA possuem saberes não valorizados, experiências ligadas à realidade das classes populares e marginalizadas (comunidades; ocupações), que podem ser trabalhados pela educação geográfica via uma leitura crítica da realidade na perspectiva do oprimido, com vistas à transformação do sujeito em agente político. Por fim, almeja-se, aqui, o fomento a uma educação que promova a conscientização dos sujeitos que moram nesses territórios e que estão desprovidos do direito de participar, exigir e tomar decisões sobre os próprios territórios em que vivem, assim como possuem vários desses direitos violados ou negados, conforme verificou-se nos resultados apresentados acerca do projeto desenvolvidos no âmbito do espaço mencionado.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB

Atualmente, mais do que nunca, as cidades vêm se tornando a expressão material da desigualdade socioespacial, são reflexo da luta de classes, abrigando, em suas sempre reeditadas periferias, as classes populares e excluídas do dito desenvolvimento capitalista. Nesse cenário de crescente desigualdades, o Direito à Cidade (Lefebvre, 1991), entendido como uma garantia de acesso integrado a tudo que a vida urbana dispõe, tão importante para a vida, é, na maioria das vezes, negado, assim como desconhecido pelas pessoas que são alijadas dele.

Corrêa (2011) considera que a produção do espaço “[...] é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotado de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias [...]” (Corrêa, 2011, p. 43). No contexto do debate sobre desigualdades, Lefebvre (2008) assevera que “O espaço não é apenas organizado e

instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia” (Lefebvre, 2008, p. 82). Na mesma linha de raciocínio, Maricato e Colosso (2020) apontam que sociedades desiguais produzem cidades desiguais.

Moraes et al (2022) afirmam que é no espaço urbano que se materializam toda sorte de conflitos e problemáticas decorrentes da produção capitalista desigual do espaço, destacando que o pretense desenvolvimento urbano, na sociedade capitalista, quase sempre é desigual, desequilibrado e injusto social e ambientalmente. Nas cidades, as desigualdades se expressam nas condições precárias de moradores de assentamentos e territórios populares (e/ou excluídos), fato, dentre outros, que os impede de ter acesso a direitos básicos, como a educação.

Contudo, tal dinâmica é, muitas vezes, naturalizada entre as classes populares moradoras das periferias urbanas. Dessa forma, torna-se fundamental uma educação geográfica crítica para o desvendamento dos fatores que produzem tais desigualdades nos locais de moradia dos estudantes, para que eles se vejam como moradores vulnerabilizados nesses territórios (comunidades; ocupações). A partir disso, será possível que os estudantes possam sentir-se sujeitos de direitos com potencial de luta, para ter acesso a tais direitos com consciência e autonomia, considerando que, para Freire (2001), consciência e mundo não podem ser entendidos separadamente. Na defesa de uma “*prática educativa crescentemente desocultadora de verdades*”, relacionada à Educação de Adultos, Freire (2001) aponta que:

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos – trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos –, nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular (Freire, 2001, s/p).

Nesse sentido, Araújo e Nascimento (2021) lembram, também, que Paulo Freire (1996), no livro *Pedagogia da Autonomia*, fala do aproveitamento, no processo de

ensino-aprendizagem, da experiência que têm os educandos de viverem em áreas da cidade descuidadas pelo poder público, que configuram-se como verdadeiros territórios de exclusão (Canil e Moretti, 2020; Nascimento et al, 2022), para, assim, poderem problematizar acerca da realidade em que vivem.

A experiência relatada neste artigo se aproxima do que Freire (1996) defende, ou seja, do aproveitamento da realidade excludente vivenciada pelos educandos da Educação de Jovens e Adultos do bairro Mangabeira 8, com vistas a problematizar sobre essa realidade. Sobre esse aproveitamento, Freire (1996) questiona:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia (Freire, 1996, p. 30).

Às ideias de Freire, pode-se associar as abordagens de Santos (1996) que, ao escrever sobre a construção de uma Geografia Cidadã, aponta para o papel preponderante da noção de lugar e cotidiano. Pois é no contexto e cotidiano dos territórios de exclusão da cidade de João Pessoa que se intensificam as injustiças e desigualdades nas mais variadas dimensões, incluindo a dimensão educacional, visto que tais injustiças socioespaciais se imbricam de forma intrínseca com as problemáticas e desigualdades observadas também no âmbito dos espaços escolares.

Tais desigualdades socioespaciais e educacionais não são recentes, mas se apresentam como resultado de uma história marcada por injustiças e pela manutenção de privilégios de seletos grupos sociais no contexto do Brasil (Araújo, 2019) em relação às classes populares. Neste país, os espaços das mais variadas tipologias têm sido lócus de um contexto amplamente classista e elitista. A respeito da discussão sobre classes, Souza (2010, p. 83) afirma:

A sociedade não é uma massa homogênea e indiferenciada, e sociedades capitalistas, mais especificamente, se apresentam divididas em classes (que se diferenciam em função do lugar que ocupam na esfera da produção), cujas relações são, em parte, contraditórias e de antagonismo estrutural.

Essa divisão de classe e o antagonismo estrutural se caracterizam, na concepção de Araújo (2019, p. 32), “[...] nas relações sociais, pelas diferenças de renda, de acessos

a bens e serviços, de oportunidades de educação, saúde e lazer, entre outros aspectos. Já no espaço, tais aspectos se apresentam nas desigualdades de acesso às variadas parcelas da terra urbana, com destaque para aquelas nas quais as centralidades e amenidades estão situadas ou são (re)produzidas [...].”

Sendo assim, na cidade encontra-se uma diferenciação socioespacial no que se refere a sua apropriação por parte das distintas classes e essa diferenciação se reflete no acesso (ou na falta de acesso) à educação, bem como na sua precarização de maneira geral. Tais dinâmicas fazem parte de um processo histórico excludente e permanente de negação de direitos na história brasileira. Daí a necessidade de enveredar-se em práticas educacionais que caminhem no sentido de relacionar a educação enquanto prática permanente e seu vínculo indelével com a vida nas cidades (Freire, 2001).

Sobre a relação entre a educação e a vida das cidades, Freire (2001, s/p), em seu livro “Política e Educação”, afirma que a primeira seria um “[...] processo permanente”, enquanto a segunda se trataria de “[...] contextos que não apenas acolhem a prática educativa, como prática social, mas também se constituem, através de suas múltiplas atividades, em contextos educativos em si mesmas”.

Assim, o contexto de desigualdade vivenciado por parte dos alunos das classes populares se relaciona com suas experiências e vivências no âmbito educacional. Tal relação se manifesta, principalmente, no seio das classes trabalhadoras que estão em luta para entrar e permanecer na escola, notadamente os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse fato se dá, também, porque essa modalidade da Educação Básica foi e é, sabidamente, excluída ao longo do tempo, tanto das benesses urbanas quanto do direito de acesso à educação (Serra e Nicodemos, 2020).

Os problemas de acesso à moradia, e as desigualdades inerentes, configuram outro forte indicador da produção desigual do espaço sobre a qual se vem tratando. Para Araújo (2019, p. 33), “[...] ao longo do tempo, foram destinadas aos mais pobres as opções possíveis e baratas de moradia (como alagados, áreas íngremes, várzeas insalubres de rios poluídos, entre outros. Nesse contexto, Maricato (2003, p. 80) acrescenta que “[...] o loteamento ilegal e a favela são as alternativas mais comuns de moradia da maior parte da população urbana de renda baixa e média baixa”.

A realidade mencionada pelos autores se coaduna com aquele presente no bairro Mangabeira 8, local de moradia de grande parte dos estudantes que participaram do projeto apresentado neste estudo. Sobre as possibilidades de atuação nesse espaço, repleto de desigualdades vivenciadas pelos sujeitos, como espaço de reflexão e ação, pode-se recordar da contribuição de Lefebvre (2001) que ensina que não se pode prescindir do suporte da comunidade do bairro, pois essa seria a única que poderia agir contra a segregação dirigida contra ela. Quando a comunidade local não age, quando não pode participar ativamente das questões que afetam o seu habitat é, então, que faltam o sujeito e o objeto do direito (Nascimento et al., 2022).

Freire (2001) defende que se deve entender a escola e o espaço de vivência/moradia dos alunos como contextos educativos. Mas, indo além disso, entender o espaço urbano como educador também e não só como o contexto em que a educação se dá, formal e informalmente (Freire, 2001). O autor (Freire, 2001, s/p) chama a atenção para que se observe “[...] o quão violenta é a política da Cidade, como o Estado que interdita ou limita ou minimiza o direito das gentes, restringindo-lhes a cidadania ao negar educação para todos”.

Tal violência se expressa, também, nos problemas ligados à segregação urbana e desigualdades de vários tipos verificados nos espaços periféricos das cidades brasileiras, como é o caso de João Pessoa. Cita-se como alguns desses problemas: falta de moradia digna, ausência de saneamento básico, problemas com transporte público, falta de emprego, dificuldades de acesso a serviços básicos, como os de educação e saúde, dentre outros. Tais problemas se estendem ou se vinculam diretamente ao âmbito educacional e seu papel na formação de cidadãos sujeitos de direito.

Ressalta-se que, nem todos os sujeitos têm direito a adentrar nesse âmbito, seja porque teve a sua garantia cerceada na fase regular, quando criança, seja porque teve, mais uma vez, o direito negado enquanto jovem, adulto ou idoso. Há, ainda, a versão precária da inclusão, conforme se verificou no processo de inserção e adaptação ao chamado Ensino Remoto em que, por falta de recursos financeiros e tecnológicos, muitos estudantes, sobretudo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) foram excluídos do processo (Serra e Nicodemos, 2020; Araújo e Nascimento, 2021), consolidando historicamente as dinâmicas de exclusão desses sujeitos do direito de acessar e permanecer nos espaços escolares.

REFLEXÕES ACERCA DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E DA EJA À LUZ DO DEBATE SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

Diante do exposto até aqui, faz-se necessário realizar, a princípio, uma reflexão acerca da interligação entre a Geografia e os Direitos Humanos. Tais direitos são universais e interdependentes, segunda a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), e estão intimamente relacionados às abordagens geográficas. Em primeiro lugar, por se tratar dos direitos universais dos cidadãos, algo que, por si só, já tem sido uma preocupação no âmbito da ciência geográfica; em segundo lugar, porque as dinâmicas que envolvem tais direitos estão inseridas, necessariamente, nos mais variados espaços e escalas geográficas, considerando a interrelação entre estas escalas (Callai, 2021). A respeito dos Direitos Humanos, Candau e Sacavino (2013, p. 59) afirmam que:

A problemática dos Direitos Humanos é um dos componentes fundamentais das sociedades atuais. Do plano internacional ao local, das questões globais às da vida cotidiana, os Direitos

Humanos atravessam nossas preocupações, buscas, projetos e sonhos.

Não se trata somente das escalas geográficas do ponto de vista cartográfico, mas das escalas do ponto de vista dos fenômenos que ocorrem, cotidianamente, nos mais variados espaços, com os mais diversos grupos sociais e que se imbricam com os Direitos Humanos. No que se refere à preocupação da Geografia com os Direitos Humanos, Santos (2021) enfatiza que:

A preocupação com os Direitos Humanos está presente na produção do pensamento geográfico brasileiro e/ou internacional, embora dispersa em diversos autores como Josué de Castro acerca do direito à alimentação (CASTRO, 1946; 1951), Milton Santos acerca dos direitos à cidadania (SANTOS, 1987), Ariovaldo Umbelino de Oliveira a respeito do direito à terra dos povos indígenas e trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 1988), José William Vesentini acerca do direito à educação e do ensino crítico (VESENTINI, 1992), entre outros geógrafos que discutem o direito ao meio ambiente, direito à saúde, direito à moradia e outros direitos humanos (Santos, 2021, p. 5).

Os autores mencionados, de acordo com o exposto de Santos (2021), vêm, ao longo da história, trazendo debates extremamente pertinentes acerca de direitos de várias naturezas inerentes aos cidadãos. Tais discussões se vinculam intimamente aos diálogos e práticas sobre os Direitos Humanos, uma vez que os autores contemplam, cada um a seu modo, os direitos preconizados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de outros documentos legais, a exemplo da Constituição Federal do Brasil. É importante destacar que, no contexto do país:

[...] todos os trinta artigos sobre os direitos humanos proclamados na Declaração da ONU (1948) foram incorporados na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), embora positivados, isto é, garantidos no texto constitucional brasileiro com termos apropriados à linguagem jurídica como: a) direitos e garantias fundamentais, b) direitos sociais e c) direitos políticos (Santos, 2021, p. 5).

Tendo em vista o contexto de redemocratização do Brasil, à época da elaboração da Constituição Federal de 1988, considera-se como sendo de fundamental importância e relevância a inserção dos Direitos Humanos e/ou das suas diretrizes na Carta Magna, uma vez que este documento reflete muita luta e resistência de grupos e movimentos sociais diversos. Além do que, o viés progressista da CF é o que torna a luta pelos direitos constitucionais possíveis a alguns grupos sociais mais

precarizados, visto que os grupos inerentes ao poder político e econômico não querem direitos, querem privilégios, como afirma Milton Santos.

Com relação ao contexto histórico mencionado, de acordo com Pereira (2015, p. 27), “[...] o princípio da equidade e da formação de sujeitos de direitos, vocalizado pelos novos movimentos sociais a partir das lutas e transformações que receberam maior impulso desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, se constitui como pressuposto fundamental da educação em direitos humanos.”. Embora haja muitos passos a serem dados na efetivação da CF brasileira, é indiscutível a importância deste documento, sobretudo porque embasado também nos Direitos Humanos que, conforme enfatizam Candau e Sacavino (2013, p. 59): “Afirmados ou negados, exaltados ou violados, eles fazem parte da nossa vida pessoal e coletiva”.

Dessa forma, como tais direitos fazem parte do cotidiano da vida pessoal e coletiva das pessoas que compõem os mais diversos grupos sociais, eles se relacionam com a Geografia para além da academia. Ou seja, a interrelação entre a Geografia e os Direitos Humanos está para além da Geografia Acadêmica, ressaltando a interdependência entre ela e a Geografia Escolar com a qual os Direitos Humanos estão também vinculados, conforme pode-se verificar a partir da exposição de Santos (2021, p. 04) que afirma:

[...] a Geografia e os Direitos Humanos promulgados pela ONU se imbricam no conteúdo da disciplina de geografia em todas as séries ou anos escolares, a exemplo do direito ao meio ambiente saudável, direito à saúde, direito à alimentação, direito à religião, direito à moradia, direito à migração, direito à propriedade, direito dos povos indígenas, entre outros direitos humanos que perpassam pelo currículo da Geografia enquanto disciplina escolar.

Para Pereira (2015, p. 27) “a educação em direitos humanos compreende o ato educativo a partir dos ideais e valores da cidadania, da democracia e em favor da promoção e defesa destes direitos”. Diante disso, afirma-se a grande importância e necessidade de trazer e/ou consolidar as reflexões e práticas inerentes a busca pelos direitos humanos no contexto da educação, das escolas e, mais especificamente, das escolas públicas em que estes direitos tem sido, frequentemente, usurpados dos sujeitos inseridos em tais contextos.

Cabe, também, destacar dentre esses direitos o chamado “Direito à Cidade” que contempla grande parte das necessidades cotidianas, de bem-estar e de reprodução social dos moradores das cidades. O Direito à Cidade está, em parte, presente na Constituição Federal Brasileira, via Estatuto da Cidade - EC (Lei n. 10.257/01). O EC, em seu art. 1º, parágrafo único, estabelece que tal lei é composta de normas que visam à segurança, ao bem-estar e ao equilíbrio ambiental para as

idades brasileiras, através de um conjunto de instrumentos jurídicos e mecanismos sociais aptos a converter os espaços urbanos em vetores de bem-estar social. Portanto, existe, na atualidade, a necessidade de construção de diálogos, conhecimentos, saberes, sobre legislações e mecanismos de exigibilidade para ampliar o poder dos participantes na defesa dos seus direitos.

Isso posto, é importante retomar o debate acerca da educação no Brasil e a sua vinculação com problemas e desigualdades socioespaciais diversos que se constituem enquanto resultado da negação dos mais variados direitos humanos e constitucionais, tendo em vista que a educação no país sempre passou por problemáticas resultantes de diversos tipos de desigualdades: de renda, de ausência de garantia do direito à educação, de abandono das escolas públicas por parte do Estado, entre outros. Não se pode, nesse contexto, generalizar e afirmar que não há situações diferentes do exposto. No entanto, sobretudo na educação voltada às classes populares e aos filhos de trabalhadores, tem se verificado que, historicamente, esses entraves são recorrentes.

Algumas causas e consequências desses problemas estão associadas à negação de direitos e a entraves como: escassez ou fechamento de escolas (ou turmas) nos bairros periféricos, falta de infraestrutura nas escolas, desvalorização e precarização do trabalho docente, problemáticas vivenciadas pelos alunos – pobreza, violência, problemas de aprendizagem, fome, desemprego, falta de acesso à internet e à tecnologia, entre outros. De acordo com Dourado e Oliveira (2009):

[...] é fundamental ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade (Dourado & Oliveira, 2009).

Nessa perspectiva, os mencionados entraves verificados na dimensão da educação estão, obviamente, interligados à falta de acesso à renda por parte desses sujeitos que, em muitos casos, também sofrem da inexistência de oportunidades de emprego digno, tendo de se manter com os mais variados tipos de subempregos ou mesmo sem emprego algum.

De acordo com Serra e Nicodemos (2020), esses problemas se intensificaram durante a pandemia. No contexto do Brasil, tal dinâmica ocorreu notadamente nas regiões, cidades e bairros mais pobres. Carvalho, Miranda e Moraes (2022) destacam que, no contexto da pandemia da Covid-19, houve a concomitância de múltiplas crises – sanitária, econômica, social e política –, que possuíram como espaço maior de sua incidência as periferias das cidades, local de residência de

grande parte dos estudantes que fazem parte dos grupos populares (Freire, 1992). Sobre isso, os autores asseveram:

Além de deficiências em moradia, saneamento básico e transporte, a população teve que lidar com graves problemas em diversos outros serviços públicos, como a paralisação das aulas presenciais e transferência para o ensino remoto, a violência por parte das polícias em casos de despejos e, obviamente, a necessidade de acesso aos serviços de saúde e assistência social. Nesse contexto, várias fragilidades em serviços e equipamentos públicos foram expostas e as desigualdades no direito à cidade ficaram mais explícitas (Carvalho, Miranda e Moraes, 2022, p. 90).

Além disso, com a chegada da Covid-19 ao Brasil, houve uma necessidade de adoção de medidas de isolamento social. Nesse contexto, a moradia tornou-se o espaço de maior permanência para a população, sendo o local onde se passou a realizar quase que a totalidade das atividades humanas, inclusive as atividades de ensino-aprendizagem. Tal cenário escancarou os graves problemas de habitação existentes no país, fatores que se apresentaram como um impedimento para que parte da população das cidades brasileiras pudessem ter uma vida digna, configurando-se um forte agravo aos Direitos Humanos e Constitucionais.

Destaca-se que não foi só a realidade de habitação precarizada e a negação do direito à cidade que se escancararam, mas também as desigualdades no acesso e permanência à escola, ou seja, a negação do direito à educação. O processo acometeu, de forma muito injusta, vários estudantes no país inteiro, mas de maneira mais cruel aqueles da Educação de Jovens e Adultos (EJA), visto que essa é uma modalidade da educação que se apresenta constante e historicamente “[...] em um estado de invisibilidade” (Nicodemos; Serra, 2020).

Os autores asseveram também que “[...] o caráter marginalizado da EJA nas políticas educacionais é explicado pelas características sociais, econômicas e culturais de seu público” (Nicodemos & Serra, 2020, p. 872). Assim, é importante que não se perca de vista a intersecção entre as desigualdades educacionais e socioespaciais, principalmente em um país como o Brasil, alicerçado historicamente em injustiças de vários tipos, e sua vinculação com a negação de direitos humanos.

No que diz respeito à EJA, de forma específica, faz-se mister estar atento, também, aos processos de negação de direitos e de exclusão dos jovens, adultos e idosos da educação, direito este garantido pela Carta dos DH, pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Essa constante vigilância se faz necessária tendo em vista que, tanto historicamente quanto no contexto da pandemia e, mais recentemente, tem-se verificado o delineamento de “[...] contornos de reedição dos mecanismos de exclusão escolar já vivenciados por esse público [...]”

(Nicodemos e Serra, 2020). Há, portanto, que se lutar contra esse tipo de desmando e outros que ocorrem nos mais diversos espaços geográficos, incluindo os espaços escolares, considerando, conforme afirmou Paulo Freire, que devemos “[...] encarar a história como possibilidade e não como determinação” (Freire, 2006).

Dessa forma, procura-se construir o processo de ensino-aprendizagem dentro de uma educação que aponte para uma perspectiva crítica, progressista que, por sua vez, conduz a estimular, a fomentar, na prática educativa, o exercício da cidadania. Tal cidadania para Milton Santos (1987, p. 82), “[...] se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura”. Soma-se a isso o fato de que a educação geográfica pode ser um frutífero caminho para se educar para a cidadania (Callai, 2005; 2021; Morais, 2017).

Ligado a essa necessidade de enraizamento da cidadania na cultura, defendida por Santos (1987), pode-se relacionar as ideias de Candau e Sacavino (2013, p. 59) quando expõem que:

[...] cresce a convicção de que não basta construir um arcabouço jurídico cada vez mais amplo em relação aos Direitos Humanos. Se eles não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos Direitos Humanos na nossa sociedade. E, neste horizonte, os processos educacionais são fundamentais.

Tal fato justifica a relevância do debate acerca dos Direitos Humanos no âmbito da Educação de Jovens e Adultos e do ensino de Geografia, considerando certamente as experiências e vivências dos estudantes. Pois, em concordância com Paulo Freire, acredita-se que “[...] não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável, o que educandos, sejam eles crianças chegando à escola, ou jovens e adultos em centros de educação popular, trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática, na prática social de que fazem parte (FREIRE, 1992, s/p).

É recorrente, nos textos de Paulo Freire, a afirmação de que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Nesse sentido, Freire (1992) assevera:

O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. “Seu” mundo em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo (FREIRE, 1992, s/p).

Portanto, cabe, novamente, enfatizar a importância do contexto do educando para a leitura do seu lugar no mundo, no processo de ensino-aprendizagem. Soma-se a

isso a leitura de mundo (FREIRE, 1992) do educando da EJA, hegemonicamente localizados nas classes e territórios populares. Pois, para esse autor “[...] a leitura de mundo que vêm fazendo os grupos populares, expressa no seu discurso, na sua sintaxe, na sua semântica, nos seus sonhos e desejos” (FREIRE, 1992, s/p). Dessa forma, tal leitura de mundo é imprescindível para a conscientização em torno da luta por direitos e por redução das históricas desigualdades impostas às classes populares e seus territórios.

PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo trata de uma pesquisa-ação na qual o projeto foco de análise foi elaborado, executado e acompanhado pela docente (uma das autoras do artigo) em uma escola pública do estado da Paraíba (com discentes da Educação de Jovens e Adultos), tendo como recorte temporal o período do Ensino Remoto, mais especificamente o ano de 2021. A pesquisa, de cunho predominantemente qualitativo, teve como procedimentos metodológicos: 1. levantamentos e análises bibliográficas sobre a temática e temas correlatos; 2. levantamentos e análises documentais (documentação proveniente das experiências no Ensino Remoto); 3. anotações sistemáticas e assistemáticas das experiências vivenciadas no ensino remoto; 4. análise e escrita dos resultados das atividades/aulas realizadas com os estudantes ao longo da execução do projeto supramencionado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto sobre os problemas urbanos e as desigualdades socioespaciais das periferias de João Pessoa foi desenvolvidoⁱⁱ em uma escola pública do estado da Paraíba, em 2021, no contexto da pandemia, com turmas do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA)/Noturno. O objetivo geral foi refletir sobre os problemas urbanos que acometem os lugares/territórios de (com)vivências dos educandos, a partir do debate sobre Cidadania e Direitos Humanos (DH), dentre esses o direito à cidade. No que se refere aos objetivos específicos da proposta, citam-se os seguintes: Refletir sobre si e sobre o lugar em que vive; Conhecer os debates sobre as temáticas Direitos Humanos e Cidadania; Refletir sobre os seus direitos e sobre a busca pela cidadania (Declaração Universal dos Direitos Humanos e Constituição Federal Brasileira); Conhecer características históricas e geográficas da cidade de João Pessoa; Verificar problemas urbanos existentes no lugar/território onde mora.

A Escola Cidadã Integral Técnica Severino Dias de Oliveira - Mestre Sivuca localiza-se no bairro Mangabeira 8 (Cidade Verde), em João Pessoa/PB, na 1ª Regional de Ensino. Segundo dados do “Saber”, a EJA, contava com cerca de 300 alunos no momento da execução do projeto, que foi desenvolvido com turmas dos Ciclos V e Ciclos VI - Ensino Médio (RESOLUÇÃO Nº 030/2016).

Sobre o perfil dos estudantes, a maioria mora no que nomeou-se, neste estudo a partir de referencial teórico pertinente, de territórios de exclusão que estão

presentes na periferia de João Pessoa onde problemas urbanos têm sido cada vez mais frequentes e recorrentes, como: ausência de saneamento básico, poluição, alagamentos/enchentes, problemas de transporte público, falta de acesso à moradia digna, conflitos fundiários, lazer, entre outros. As problemáticas citadas se concentram, predominantemente, nos locais de moradia da classe trabalhadora, ou seja, nos chamados territórios de exclusão que compõe o bairro e que também se constituem enquanto local de moradia da maioria dos estudantes que fizeram parte do projeto.

A proposta do projeto se deu tendo em vista uma série de desigualdades e problemáticas urbanas verificadas em João Pessoa. Acerca desse contexto, Miranda e Moraes (2022) analisam as condições de vida dos moradores da cidade, fazendo uso do estudo Tipologia Intraurbana (IBGE, 2017) - que apresenta um gradiente entre as melhores e piores condições de vida - que refletem as desigualdades de acesso à infraestrutura, às condições de moradia e a bens e serviços nas cidades brasileira. O estudo analisa 13 variáveis, dentre as quais destacam-se, para o presente estudo, aquelas que se relacionam, de alguma forma, aos problemas relatados pelos estudantes na execução do projeto: coleta de lixo, distribuição de água por rede, acesso a esgotamento sanitário, densidade de moradores por dormitório, existência de computador com Internet, nível de instrução, rendimento domiciliar per capita e níveis de escolaridade.

Dentre os resultados da pesquisa citada, destaca-se que as configurações reveladas demonstram que, somente poucas áreas da cidade de João Pessoa conseguiram atingir os melhores níveis no que se refere às condições de vida. Na cidade de João Pessoa, 55.316 domicílios localizam-se em Setores Especiais de Aglomerados Subnormais - SEAS (IBGE, 2020). Os autores destacam que João Pessoa não apresenta, em nenhuma porção do seu território, os níveis mais altos de condições de vida, como os identificados em metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, por exemplo.

Diante desse quadro, o projeto desenvolvido na escola visou a refletir a respeito das problemáticas existentes nos espaços em que vivem os estudantes, fomentando a busca da cidadania por eles, mas sem olvidar de seus “saberes de experiência feitos” (FREIRE, 1992). A experiência pedagógica se deu à luz das discussões sobre DH e Cidadania.

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

O projeto foi desenvolvido com os Ciclos V e VI (Ensino Médio) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Mestre Sivuca. Visando a atingir o objetivo principal do projeto, foram realizados levantamentos/análises bibliográficas, organização, acompanhamento, registro e análise das atividades/aulas realizadas junto aos alunos, via Plataforma *Google Classroom*, *Google Meet*ⁱⁱⁱ e Redes Sociais. A proposta teve como intenção, também, fomentar junto aos educandos a capacidade de problematização sobre as desigualdades que acometem os espaços urbanos, sobretudo aquelas problemáticas referentes ao seu cotidiano, à sua

vivência, considerando sempre os saberes já existentes dos discentes (Freire, 1992). Diante disso, a partir de cada objetivo do projeto, foram desenvolvidas as ações a seguir:

A respeito do primeiro objetivo do projeto, acredita-se que, para uma mais ampla compreensão da realidade em que vivem, é fundamental que os indivíduos possam conhecer a si, enquanto pessoa e enquanto sujeito de direitos, conhecer também os pares, ou seja, as pessoas que comungam da mesma realidade ou de situação semelhante. Além da necessidade premente de conhecer sobre o espaço em que vivem (bairros; comunidades).

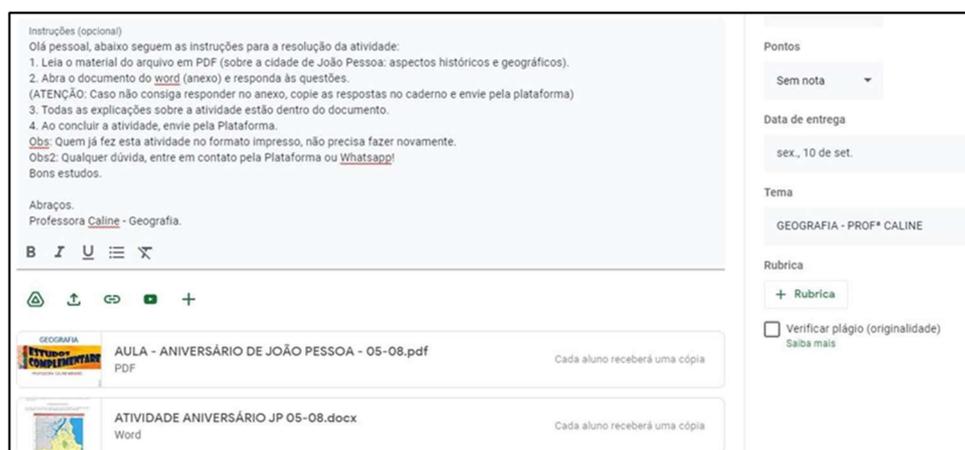
A partir do exposto, durante a primeira aula, via *Google Meet*, foi solicitado aos alunos que escrevessem as seguintes informações no caderno: nome completo, ciclo, idade, nome dos pais, cidade onde nasceu, cidade e bairro em que moravam no momento, profissão e lugares que mais frequentam. Após essa parte, os estudantes abriram os microfones e se apresentaram/falaram para os demais sobre si. Esse foi um momento bem importante de reflexão e de socialização com os demais, tendo em vista que, em função da pandemia, alguns estudantes não se conheciam. Aqueles que tiveram problemas de internet fizeram o que foi pedido através do chat ou enviaram por *WhatsApp*.

A respeito do segundo e terceiro objetivos do projeto, foi realizada uma pesquisa, por parte da professora, sobre Cidadania e sobre os Direitos Humanos, com a leitura de materiais acadêmicos e didáticos sobre os temas, inclusive a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal Brasileira, que serviu de embasamento para os debates em aula. Nesse contexto, durante mais uma aula no *Google Meet*, houve o debate sobre os DH, com enfoque para aqueles que mais se aproximavam da realidade dos estudantes, como: Direitos do Trabalhador; Direito à Diversão e ao Descanso; Direito à Educação; Direito a um Lugar Seguro para Viver; Direito à Liberdade de Locomoção. Nesse momento, foram sendo feitas as devidas relações com a realidade vivenciada pelos discentes e com vários problemas e desigualdades socioespaciais enfrentadas por eles, que foram convidados a realizar leitura/interpretação coletiva sobre esses direitos. Complementarmente, os debates sobre DH, Cidadania e problemáticas/desigualdades urbanas foram apresentados a partir de linguagens diversas (charges, tirinhas, textos, quadros, trechos sobre os direitos).

Além das reflexões e relações entre o debate e o cotidiano dos alunos, eles foram convidados a ler e pensar sobre situações problemas nas quais os sujeitos estavam sendo alijados dos seus direitos e da tão preconizada cidadania. Ao todo, foram 5 situações-problemas que envolviam temas como: desigualdades de gênero, saúde, poluição (resíduos sólidos), direito à moradia, entre outros. Esse foi um momento muito rico, pois muitas situações-problemas estavam intimamente relacionadas às vivências dos estudantes, em seus espaços de moradia, que se posicionaram criticamente sobre os problemas. Além da aula via *Google Meet*, foi encaminhada para aos alunos, pelo *WhatsApp* das turmas, uma cartilha do Ziraldo (2008) sobre Direitos Humanos, para leitura/aprofundamento.

Com relação ao objetivo quatro, foi elaborado, por parte da professora, um material sobre os aspectos históricos e geográficos de João Pessoa, visto que a data também coincidia com o aniversário da cidade. A intenção foi possibilitar uma compreensão geral sobre a cidade, por parte dos educandos, tendo em vista que, para a execução de projetos sobre educação e cidade é necessário que haja o entendimento do contexto mais geral do espaço urbano estudado (Castellar; Vilhena, 2011) e da sua história. O material para leitura e interpretação foi enviado para os alunos, via Plataforma *Google Classroom* (Figura 1) e *WhatsApp* e em formato impresso para aqueles sem acesso à internet.

Figura 1. Envio do material sobre João Pessoa.



Fonte: Plataforma *Google Classroom*, salas do Ciclo VI (3º ANO– EJA), 2021.

De posse do material (Figura 1), os discentes deveriam fazer a leitura do arquivo (textos, tópicos, fotografias, reportagens, informações sobre a cidade) e responder a um *Quiz* com dez questões sobre a cidade, considerando a importância da abordagem histórica e geográfica para a compreensão das dinâmicas e processos históricos e contemporâneos que envolvem o espaço urbano, foco da proposta pedagógica.

Para atingir o objetivo cinco do projeto, as ações foram divididas em duas etapas: No primeiro momento, foi ministrada uma aula, via *Google Meet*, relacionando os temas tratados anteriormente, Direitos Humanos e, sobretudo Cidadania, com o espaço urbano e os principais problemas que se constituem causas ou consequências das desigualdades socioespaciais que acometem as cidades. Foram realizadas leituras e interpretação de textos sobre Cidades, Desigualdades Sociais e Problemas Urbanos (Figura 2).

O momento dos debates foi muito importante visto que foi uma oportunidade para que os alunos se aprofundassem na parte teórica para pensar sobre a sua realidade mais prática. A participação dos estudantes, na discussão, foi fundamental tanto

para esta quanto para as etapas seguintes. Ademais, algumas linguagens foram utilizadas para melhor apreensão do conteúdo (tirinhas, charges, entre outras).

Figura 2. Participação dos alunos – Aula no *Google Meet*



Fonte: Plataforma *Google Meet*; Acervo de Caline M. Araújo, 2021.

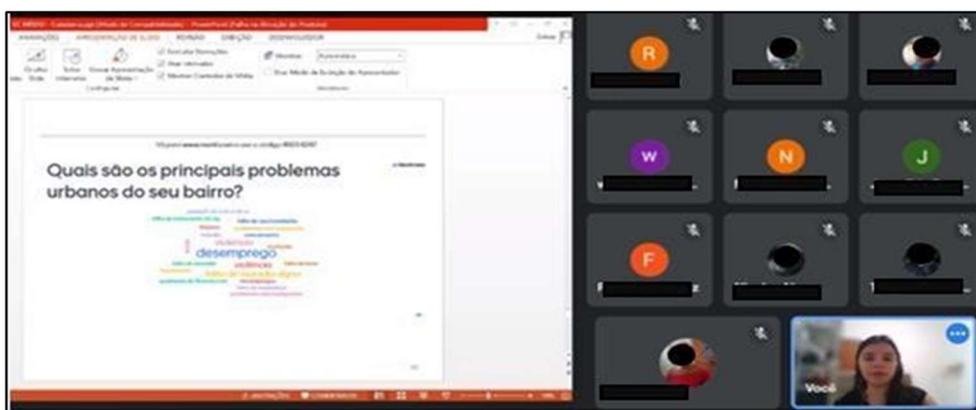
No segundo momento, foi apresentada aos alunos uma lista com variados tipos de problemas urbanos, que configuram também (em alguns casos) a violação de vários Direitos Humanos e constitucionais e à Cidadania, infelizmente bastante rotineiros no contexto dos territórios de exclusão presentes nas cidades brasileiras, tais como: falta de moradia digna, falta de tratamento de água e de esgoto, falta de postos de saúde e escolas, falta de áreas de lazer, enchentes/inundações, queimadas de florestas nativas, poluição das águas, violência, poluição do solo e do ar, problemas com transporte público, destinação do lixo/resíduos sólidos, desemprego, entre outros. A partir desse momento, cada estudante elegeu de três a cinco problemas que mais acometem o bairro em que moram - Mangabeira 8 e comunidades do entorno – para trazer ao debate.

Ainda durante a aula na Plataforma *Google Meet*, com o intuito de refletir coletivamente acerca dos problemas mencionados pelos alunos, a professora pediu que os discentes anotassem aquelas mesmas palavras do caderno em um link da *Plataforma Mentimeter*, visando a formar uma “Nuvem de Palavras” com os problemas citados (Figura 3). Além da aula na *Plataforma Google Meet*, o resultado da atividade foi divulgado nos grupos de *WhatsApp* das turmas, inclusive para conhecimento daqueles que estavam ausentes.

Após a conclusão da Nuvem de Palavras, houve a explanação a respeito dos problemas citados que, em momento posterior, viriam a ser aprofundados pelos estudantes, em uma Roda de Conversa Virtual. Foi uma partilha muito interessante, pois primeiro os sujeitos refletiram acerca dos problemas de maneira individual, depois, ao ver a nuvem de palavras, puderam constatar as problemáticas de forma mais ampla e também os desafios que acometem os espaços de vivência dos

demais. Com relação ao objetivo seis do projeto, partindo da discussão em aula, os educandos foram orientados a registrar, através de fotografias e/ou relatos, aqueles problemas mais recorrentes no seu bairro e enviar os resultados da pesquisa empírica para a professora, visando a dar continuidade aos debates sobre cidadania, Direitos Humanos e problemas/desigualdades urbanas (Figuras 5 e 6).

Figura 3. Elaboração coletiva da Nuvem de Palavras sobre os problemas urbanos do Bairro Mangabeira 8 e entorno.



Fonte: Plataforma Google Meet; Acervo da autora, 2021.



Figuras 5. Problemas verificados, registrados e relatados pelos(as) estudantes: desmatamento, queimada, falta de calçamento – Mangabeira 8 – João Pessoa/PB.

Fonte: Rede Social WhatsApp. Acervo da autora, 2021.



Figuras 6. Problemas verificados, registrados e relatados pelos(as) estudantes: falta de calçamento – Mangabeira 8 – João Pessoa/PB.

Fonte: Rede Social WhatsApp. Acervo da autora, 2021.

Após as pesquisas empíricas (identificação, registro e análise dos problemas do lugar), ocorreu, no *Google Meet*, uma Roda de Conversa Online para tratar sobre essas problemáticas. Foi um momento de muito aprendizado, pois todos os estudantes presentes fizeram relatos^{iv} e realizaram análises sobre os problemas que acometem os seus espaços de moradia, elencando variados tipos como: poluição das águas, do solo e do ar, desmatamentos, problemas de transporte público, ausência de ofertas de empregos, desemprego, falta de moradia digna. Problemáticas essas que se configuram como exemplos de negação de direitos constitucionais básicos, assim como dos Direitos Humanos e da busca por uma vida mais digna, notadamente vinculada às diversas dimensões da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades socioespaciais e os problemas urbanos são uma realidade em países pobres, como é o caso do Brasil. No contexto do país, João Pessoa-PB é uma das cidades brasileiras onde tais desigualdades e problemáticas emergem, com frequência, no espaço urbano. O projeto desenvolvido, junto aos estudantes da EJA, na Escola Mestre Sivuca, cujos resultados foram apresentados e analisados no presente estudo, trouxe à tona o debate sobre tais dinâmicas, com enfoque para os territórios de exclusão presentes no Bairro Mangabeira 8 e entorno, uma vez que esse é o espaço de moradia da maioria dos estudantes da escola.

Acredita-se que a proposta pedagógica contribuiu para a reflexão crítica dos educandos sobre os problemas que acometem a si e a sua comunidade. Importante destacar que, aliados às desigualdades socioespaciais presentes nos espaços de moradia da classe trabalhadora estão os entraves de acesso e permanência à educação, conforme verificado nos mais variados contextos da Educação de Jovens e Adultos. Por esse e outros motivos, constatou-se ser fundamental inserir os educandos no debate sobre a sua realidade, com vistas a fomentar reflexões mais amplas e embasadas no debate sobre os Direitos Humanos e a Cidadania.

Considera-se que uma das contribuições pertinentes da pesquisa-ação foi apresentar alguns dos resultados provenientes do projeto desenvolvido, no âmbito do espaço escolar, com estudantes oriundos das periferias da cidade de João Pessoa, e debater sobre eles. Dentre os principais resultados mencionados destacam-se: 1. Problematizações realizadas pelos estudantes sobre si e sobre o contexto em que se inserem, tendo em vista a importância desse conhecimento para as trocas com os demais sujeitos e espaços geográficos; 2. Aproximações, por parte dos sujeitos, das discussões acerca dos Direitos Humanos e da Cidadania, temáticas tão importantes na busca pela formação cidadã no âmbito da Geografia; 3. Leitura e compreensão das dinâmicas históricas e geográficas do lugar em que vivem, a cidade de João Pessoa, considerando a importância do par dialético espaço e tempo no processo de compreensão da realidade; 4. Realização de pesquisas e abordagens teóricas e empíricas, por parte da docente e dos próprios estudantes, sobre as desigualdades e problemáticas socioespaciais recorrentes no lugar de

moradia dos sujeitos envolvidos no projeto, buscando desnaturalizar tais dinâmicas considerando as suas principais causas e consequências.

Houve alguns entraves na execução da proposta, como a falta de acesso à internet e, logo, às aulas on-line por parte dos estudantes, fato que dificultou a inserção de um número maior de participantes no projeto e uma inserção mais efetiva daqueles que, mesmo se propondo, não tinham condições de realizar as atividades. Acrescenta-se a isso a questão da pandemia (COVID-19) que acentuou diversos problemas educacionais e socioespaciais dos estudantes de escolas públicas, notadamente da EJA.

Todavia, mesmo com muitos entraves, considera-se que se tratou de uma experiência interessante e proveitosa, pois Freire (1996) fala do aproveitamento, no processo de ensino-aprendizagem, da experiência que têm os educandos no que se refere às omissões do Estado nos espaços de moradia desses sujeitos para, então, partir para as problematizações acerca das dinâmicas ali inseridas, considerando a capacidade desses cidadãos de refletirem e agirem sobre aqueles espaços excluídos e marginalizados no contexto das cidades.

Por fim, a importância maior do debate aqui proposto e das experiências relatadas está no fato de que foi possibilitado aos educandos traçar um breve panorama dos problemas urbanos que incidem sobre a cidade e, mais especificamente, sobre Mangabeira 8 e entorno. Constatou-se, coletivamente, uma flagrante negação de direitos constitucionais, de Direitos Humanos e de Cidadania aos estudantes inseridos no projeto e aos cidadãos que vivem nos espaços nos quais prevalecem o esquecimento e a negligência por parte do Estado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. M. de. “Áreas de risco” e problemáticas socioambientais: uma reflexão sobre a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande (PB). Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

ARAÚJO, C. M. de; NASCIMENTO, A. S. Cidadania, Lugar e Autonomia na Educação de Jovens e Adultos (EJA): experiências à luz da realidade dos educandos. In: **Anais XI Colóquio Internacional Paulo Freire**, v. 1, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CALLAI, H. **O Estudo da cidade**: das vivências à formação cidadã. Ijuí: Ed. Unijuí, 2021.

CANAU, V. M. F., & SACAVINO, S. B.. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, v.36, n.1, 2013. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12319>. Acesso em: 19 mar, 2024.

CANIL, K.; MORETTI, R. S. Desafios para a articulação entre as cartografias de risco e o planejamento territorial. **Diálogos Socioambientais**, v. 3, n. 08, p. 19-23, 8 out. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARVALHO, M. MIRANDA, L.; MORAES, D. A Pandemia da Covid-19 e os caminhos para a Reforma Urbana em João Pessoa e Campina Grande/PB. In: MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. **Reforma Urbana e Direito à Cidade**: os desafios para o desenvolvimento nacional Paraíba. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital, 2022. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/livros/regiao-metropolitanade-campina-grande-e-joao-pessoa/>.

CASTELLAR, S; VILHENA, J. Trabalhando um projeto educativo sobre a cidade. In: **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CORRÊA, R. L. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço**: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 5. Ed. 2001.

IBGE. (2020b). **Aglomerados Subnormais**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20220907153915/https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-doterritorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: fevereiro de 2024.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARICATO, E.; COLOSSO, Paolo. As cidades são centrais para o bem-estar social: especificidades da produção do espaço urbano no Brasil. In: POCHMANN, M & CASTRO, J. A. De (Orgs). **Brasil**: Estado social contra a barbarie. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2020.

MORAES, Demóstenes (et al). Incidência política pelo Direito à Cidade em João Pessoa e de Campina Grande a partir de assessorias e extensões. In: MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. **Reforma Urbana e Direito à Cidade: os desafios para o desenvolvimento nacional Paraíba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital, 2022. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/livros/regiao-metropolitanade-campina-grande-e-joao-pessoa/>.

MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano em João Pessoa e Campina Grande? In: MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. **Reforma Urbana e Direito à Cidade: os desafios para o desenvolvimento nacional Paraíba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital, 2022. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/livros/regiao-metropolitanade-campina-grande-e-joao-pessoa/>.

NASCIMENTO, Alexandre. S.; PORTO-SALES, Andréa L.; MAIA, Fernando. (In)Sustentável, Injusta e Desigual: uma análise dos conflitos urbanos e ambientais na cidade de João Pessoa. In: MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. **Reforma Urbana e Direito à Cidade: os desafios para o desenvolvimento nacional Paraíba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital, 2022. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/livros/regiao-metropolitanade-campina-grande-e-joao-pessoa/>.

NASCIMENTO, A. ARAÚJO, C. M.; LÔRO, J.; MAIA, F. J. F. Os territórios de exclusão de João Pessoa como espaços de despossessão, manutenção e ampliação de desigualdades e injustiças socioambientais. In: MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. **Reforma Urbana e Direito à Cidade: os desafios para o desenvolvimento nacional Paraíba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital, 2022. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/livros/regiao-metropolitanade-campina-grande-e-joao-pessoa/>.

NICODEMOS, A; SERRA, Ê. Educação de Jovens e Adultos em Contexto Pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**. V. 20, n. 3, p. 871-892, set./dez. 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

PEREIRA, Ana Carolina Reis. Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista entreideias**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 90-105 jan./jun. 2015.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB. N.21, p. 7-14, ago., 1996.

SANTOS, Adalberto Pereira. Direitos Humanos e Geografia na Educação Básica. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ZIRALDO, A. P. **Cartilha Direitos Humanos**. Brasília: MEC, 2008.

Contato com o autor: caline.araujo@ufape.edu.br

Recebido em: 11/02/2024

Aprovado em: 15/07/2024

ⁱ Sobre o uso do termo “Território de Exclusão”, baseia-se em Canil e Moretti (2020, p. 19) para os quais “o processo de urbanização que caracteriza os países do Sul Global é marcado pelas iniquidades presentes em seus territórios, sobretudo nas áreas periféricas de expansão, carentes de infraestrutura, saneamento, segurança, além de fragilidades ambientais e vulnerabilidades sociais”.

ⁱⁱ Parte dos resultados que constam neste estudo foram apresentados em outra ocasião, no Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia (ENPEG-2022) momento no qual o projeto desenvolvido recebeu o Prêmio Marisa Valladares.

ⁱⁱⁱ Algumas aulas do Google Meet foram gravadas, com autorização dos(as) estudantes presentes.

^{iv} Relato de um dos estudantes: “[...] Primeiro é o problema com transporte público; [...] o desemprego, tá muito grande, aqui onde nós moramos, em Mangabeira 8 [...]; Falta de área de lazer; Falta de moradia digna [...] eu vejo que pessoas aqui em Mangabeira 8 moram em barraco de lona, mora em invasão, desmatamento. Falta de tratamento de água e esgoto que agora, graças a Deus, está chegando aos poucos aqui em Mangabeira 8, estão fazendo em algumas ruas tratamento de água e esgoto. [...] Mais um posto de saúde. (Relato oral de um aluno do Ciclo VI sobre os problemas urbanos de João Pessoa. Transcrição realizada pela professora Caline Mendes de Araújo, 2021).